

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 061/2026

PREGÃO ELETRÔNICO SRP 004/2026

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TOCANTINÓPOLIS/TO

1. OBJETO

Futura e eventual aquisição de equipamentos permanentes destinados ao Laboratório Municipal de Saúde do Município de Tocantinópolis/TO, compreendendo Analisador de Bioquímica Automático (Item 1), Analisador Hematológico Automático (Item 2) e Analisador de Imunoensaio por Fluorescência (Item 3), para suprir as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Tocantinópolis-TO, mediante Sistema de Registro de Preços – SRP, com formalização por Ata de Registro de Preços, nos termos dos arts. 28, 29 e 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços – SRP, do tipo menor preço por item, com amparo nas seguintes disposições:

- Art. 6º, inciso XIII (bem comum) e inciso XLI (licitação), da Lei Federal nº 14.133/2021;
- Art. 28, inciso I, e art. 29 (Pregão Eletrônico obrigatório para bens comuns);
- Art. 40, inciso V (parcelamento do objeto em itens para ampliação da competitividade);
- Arts. 82 a 86 (Sistema de Registro de Preços e Ata de Registro de Preços);
- Art. 67 (qualificação técnica proporcional à natureza e complexidade do objeto);
- RDC ANVISA nº 751/2022 (registro de equipamentos médico-hospitalares);
- RDC ANVISA nº 302/2005 (funcionamento de laboratórios clínicos);
- IN SEGES/ME nº 58/2022 (instrução do processo de contratação);
- IN TCE-TO nº 3/2017 (remessa de dados ao sistema SICAP-LCO/TCE-TO e demais obrigações de transparência perante o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins); jurisprudência consolidada do TCE-TO em matéria de licitações e contratos.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. O Laboratório Municipal de Saúde de Tocantinópolis/TO é unidade de apoio diagnóstico essencial à Rede de Atenção à Saúde – RAS do Município, prestando serviços a pacientes do Hospital José Sabóia, UPA 24h e Unidades Básicas de Saúde. O laboratório não dispõe de equipamentos analíticos próprios, operando com equipamentos locados mediante contrato oneroso, cujos encargos mensais recorrentes não geram contrapartida patrimonial ao Município.

3.2. A aquisição dos equipamentos relacionados neste Termo de Referência visa eliminar os custos de locação atualmente suportados pelo Fundo Municipal de Saúde, dotar o laboratório de equipamentos próprios de médio e alto porte com vida útil estimada superior a dez anos, ampliar a capacidade diagnóstica municipal e reduzir a dependência de encaminhamento de exames a laboratórios de referência externos, com expressiva economia ao erário.

3.3. A utilização do Sistema de Registro de Preços – SRP se justifica pela conveniência de contratações futuras e eventuais, pela possibilidade de adesão por outros órgãos da Administração Municipal e pela impossibilidade de definição prévia do quantitativo exato a ser adquirido, nos termos do art. 82, incisos I e IV, da Lei nº 14.133/2021.

4. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

4.1. Especificações Técnicas dos Equipamentos

Os equipamentos deverão atender às seguintes especificações mínimas:

Item 1 – Analisador de Bioquímica Automático:

- Capacidade mínima de 200 testes/hora;
- Sistema de detecção fotométrico com comprimento de onda entre 340 nm e 800 nm;
- Temperatura de reação controlada, com monitoramento automático;
- Bandeja de reagentes refrigerada integrada ao equipamento;
- Compatibilidade com conexão ao sistema LIS (Laboratory Information System);
- Kit de reagentes para implantação e validação inicial incluso;
- Manual técnico em língua portuguesa;
- Registro ativo na ANVISA, nos termos da RDC nº 751/2022.

Item 2 – Analisador Hematológico Automático:

- Contador de células sanguíneas com diferencial leucocitário mínimo de 5 parâmetros (WBC, RBC, HGB, HCT, PLT);
- Capacidade mínima de 60 amostras/hora, em modo aberto e/ou fechado;

- Impressora integrada ou compatível para emissão de laudos;
- Software de gestão de resultados com interface de usuário em língua portuguesa;
- Kit de reagentes e controles para implantação e validação inicial incluso;
- Manual técnico em língua portuguesa;
- Registro ativo na ANVISA, nos termos da RDC nº 751/2022.

Item 3 – Analisador de Imunoensaio por Fluorescência:

- Sistema de leitura por fluorescência para detecção quantitativa de marcadores diagnósticos;
- Painel analítico mínimo: marcadores cardíacos (troponina I ou T, BNP ou NT-proBNP), inflamatórios (PCR ultrassensível), hormonais (TSH, T4 livre, LH, FSH) e infecciosos (HbsAg, anti-HCV);
- Formato portátil ou de bancada, compatível com o espaço físico do laboratório;
- Resultado em até 15 minutos por teste, para marcadores de urgência;
- Kit de reagentes para implantação e validação inicial incluso;
- Manual técnico em língua portuguesa;
- Registro ativo na ANVISA, nos termos da RDC nº 751/2022.

4.2. Condições de Entrega e Instalação

- Os equipamentos deverão ser entregues, instalados e validados no Laboratório Municipal de Saúde, localizado no Município de Tocantinópolis/TO, no endereço indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, em dias úteis, mediante agendamento prévio;
- Prazo máximo para entrega, instalação, treinamento operacional dos servidores e validação analítica inicial: 05 (cinco) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Fornecimento ou da assinatura da Ata de Registro de Preços, o que ocorrer primeiro;
- O recebimento provisório será realizado pelo fiscal designado, com verificação visual do estado dos equipamentos, documentação de registro ANVISA e conformidade com as especificações do Termo de Referência;
- O recebimento definitivo ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após o provisório, condicionado à instalação completa, calibração, validação analítica inicial e treinamento da equipe do laboratório;
- Equipamentos entregues em desconformidade com as especificações contratuais ou com defeito de fabricação deverão ser substituídos pela contratada, às suas expensas, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a notificação formal.

4.3. Da Execução Contratual

- A execução dar-se-á mediante emissão de Ordem de Fornecimento pela Secretaria Municipal de Saúde, dentro da vigência da Ata de Registro de Preços;
- A contratada deverá disponibilizar assistência técnica autorizada durante todo o período de garantia, com atendimento em até 48 (quarenta e oito) horas para chamados urgentes e 72 (setenta e duas) horas para demais chamados;
- Em caso de indisponibilidade do equipamento por falha técnica superior a 5 (cinco) dias úteis consecutivos, a contratada deverá providenciar equipamento substituto equivalente, sem ônus para a Administração;
- A contratada deverá fornecer suporte técnico em língua portuguesa, com possibilidade de atendimento remoto e presencial, conforme a natureza do chamado.

5. ESTIMATIVA DE QUANTITATIVO E VALOR

Os valores unitários médios foram apurados mediante pesquisa de mercado realizada junto ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e cotações diretas com distribuidores especializados, conforme planilha de pesquisa de preços integrante do processo administrativo, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e da IN SEGES/ME nº 65/2021.

A memória de cálculo dos valores médios unitários, apurada por pesquisa de mercado com três fontes distintas, está demonstrada na tabela a seguir, conforme planilha de pesquisa de preços integrante do Processo Administrativo nº 061/2026:

ITEM	QTD	UNI	DESCRIÇÃO DO OBJETO	PESQUISA PÚBLICA	PESQUISA DIRETA		VALOR MÉDIA	VALOR TOTAL
				PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	NEW IMPORT	RD MANUTENÇÃO E SERVIÇOS		
1	3,00	UN.	ANALISADOR BIOQUÍMICO AUTOMÁTICO 200B: um dos melhores analisadores químicos de bancada que traz maior flexibilidade para laboratórios de pequeno e médio porte. Uma automação completa com funcionalidades robustas que proporciona resultados precisos em poucos segundos, garantindo assim o diagnóstico adequado no tempo certo. A combinação perfeita entre tamanho e desempenho. Especificações Gerais: Até 200 testes por hora;• 28 Posições para	R\$ 94.950,00	R\$84.700,00	R\$ 89.000,00	R\$ 89.550,00	R\$ 268.650,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TOCANTINÓPOLIS/TO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP 005/2026

			Reagentes;• 37 posições para Amostras;• 48 Cubetas de Reação;• Prioridade para testes de emergência;• Limpeza automática;• Acesso randômico completamente automático;• Agulha com sensor de nível e colisão;• Software de fácil operação e intuitivo;• Sistema ótico estável com ajustes de ganho automáticos• Lâmpada com + de 2000 horas de vida útil;• Seringa de cerâmica de alta precisão;• Sistema refrigerado silencioso 24h para os reagentes (4 a 12°C);• Sistema de aquecimento constante para as Cubetas de reação (37°C);• Sistema LIS de interface bidirecional HL7;• RMS 80298970204.					
2	3,00	UN.	ANALISADOR HEMATOLÓGICO: O Contador Hematológico conta de forma automática e quantitativa as células do sangue, incluindo as 5 famílias dos Leucócitos. Através de dupla leitura (laser + impedância) e com canal independente para leitura dos basófilos a contagem é realizada de forma automática, rápida e precisa. Apresenta os gráficos de histograma e diagrama de dispersão para uma melhor visualização dos resultados. Especificações Gerais: Célula de Fluxo + Impedância Elétrica + Calorimetria;• Diferencial em 5 partes, 34 parâmetros; • Até 80 testes por hora; • Canal independente para medição de basófilos impedindo a mistura de células com tamanhos similares;• Alta capacidade para identificar células anormais (células Imaturas - LIC e Linfócitos Atípicos - ALY); • Armazenamento de mais de 100 000 amostras;• Interface LIS bi-directional;• Software amigável com esquemas de abas; • Leitor de Código de barras;• Idioma: português;• Voltagem: 110 - 220 V;	R\$ 138.900,00	R\$167.433,75	R\$ 172.000,00	R\$ 159.444,58	R\$ 478.33,74
3	3,00	UN.	ANALISADOR DE IMUNOENSAIO POR FLUORESCÊNCIA: Oferecer um portfólio completo de testes quantitativos, ideal para quem busca eficiência e	R\$ 14.990,00	R\$ 16.199,25	R\$ 19.000,00	R\$ 16.729,75	R\$ 50.189,25

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TOCANTINÓPOLIS/TO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP 005/2026**

		confiabilidade no diagnóstico laboratorial.Com ele, você pode realizar exames de alta demanda como: Proteína C Reativa (PCR), Hemoglobina Glicada (HbA1c), Troponina I, Procalcitonina Painei Cardíaco (CTNI, CK-MB, Mioglobina), β-HCG, CK-MB isolado BNP , D-Dímero , NT-PROBNP , Troponina-T (TNT)					
VALOR TOTAL:							R\$ 797.172,99

6. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada por igual período mediante justificativa e demonstração de vantajosidade para a Administração, até o limite máximo de 24 (vinte e quatro) meses.

A vigência do instrumento contratual decorrente da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do respectivo contrato, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Fornecer os equipamentos em conformidade com as especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual;
- Apresentar, no ato da entrega, certificado de registro dos equipamentos na ANVISA com validade comprovada, nos termos da RDC nº 751/2022;
- Realizar a instalação completa, calibração, testes de performance e validação analítica inicial dos equipamentos, garantindo a operacionalidade plena antes do recebimento definitivo;
- Realizar treinamento operacional dos servidores do Laboratório Municipal designados pela Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária mínima de 8 (oito) horas por equipamento, emitindo certificado ao final;
- Garantir prazo mínimo de garantia de 24 (vinte e quatro) meses contados do recebimento definitivo, incluindo assistência técnica autorizada, peças de reposição e mão de obra, sem ônus adicional para a Administração;
- Substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, equipamentos ou componentes entregues em desconformidade com as especificações contratuais ou com defeito de fabricação;
- Manter preposto formalmente designado para atendimento à fiscalização, com poder para receber notificações e solucionar ocorrências durante a execução contratual;
- Manter regularidade fiscal, trabalhista, jurídica e econômico-financeira durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes;
- Não subcontratar o fornecimento ou a instalação dos equipamentos sem autorização expressa e prévia da Administração;

- Reparar, repor ou indenizar eventuais danos causados ao patrimônio público ou a terceiros em decorrência da execução contratual;
- Fornecer manual técnico em língua portuguesa e documentação de manutenção preventiva recomendada pelo fabricante.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Emitir a Ordem de Fornecimento de forma clara, indicando itens, quantidades, local de entrega e prazo, após a assinatura da Ata de Registro de Preços;
- Designar formalmente servidor como fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com poderes para registrar ocorrências, atestar recebimentos e adotar providências de gestão contratual;
- Designar servidor para acompanhar a instalação, treinamento e validação inicial dos equipamentos, registrando formalmente as atividades realizadas;
- Efetuar o pagamento no prazo e na forma estipulados, após o atesto do recebimento definitivo pelo fiscal do contrato;
- Disponibilizar as condições físicas adequadas (rede elétrica, bancadas, espaço) para a instalação dos equipamentos;
- Comunicar à contratada, por escrito, qualquer irregularidade verificada na execução contratual, fixando prazo para regularização;
- Aplicar as sanções cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses de descumprimento contratual.

9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para fins de habilitação técnica, a licitante deverá apresentar:

- Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento satisfatório de equipamentos laboratoriais ou médico-hospitalares de natureza e complexidade compatíveis com o objeto licitado, atestando quantidade, espécie e prazo de execução condizentes com o objeto;
- Certificado(s) de registro dos equipamentos ofertados na ANVISA, nos termos da RDC nº 751/2022, com validade comprovada na data da sessão pública;
- Declaração do fabricante ou representante autorizado, ou contrato de representação, comprovando que a licitante está habilitada a comercializar e prestar assistência técnica para os equipamentos ofertados no território nacional;
- Documentação de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e qualificação econômico-financeira, conforme arts. 62 a 69 da Lei nº 14.133/2021.

A exigência de qualificação técnica encontra amparo no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, sendo proporcional à natureza especializada dos equipamentos, ao valor das aquisições e ao impacto direto sobre a qualidade dos serviços de saúde prestados à população. A Administração poderá realizar diligências para verificar a veracidade das informações prestadas, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

10. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por item, nos termos do art. 33, inciso I, c/c art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, sendo vedada a proposta com valor global inferior ao estimado por item que comprometa a exequibilidade da oferta, considerando os parâmetros do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

É admitida a participação de empresas em consórcio, desde que atendidas as condições do art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e indicadas no edital. Microempresas e empresas de pequeno porte gozam dos benefícios dos arts. 4º e 44 da Lei Complementar nº 123/2006, aplicáveis por item, nos termos do art. 49, inciso I, da mesma Lei.

11. PARCELAMENTO

O objeto será dividido em 3 (três) itens correspondentes a cada equipamento analítico, conforme especificações constantes do item 4 deste Termo de Referência, visando ampliar a competitividade do certame e permitir a participação de maior número de licitantes especializados em segmentos distintos, nos termos do art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

Declara-se expressamente que a divisão do objeto em itens não configura fracionamento indevido de despesa, vedado pelo art. 8º, §1º, da Lei nº 14.133/2021. Os itens são técnica e funcionalmente independentes entre si — cada equipamento possui finalidade diagnóstica autônoma e pode ser fornecido por licitantes distintos sem prejuízo à execução contratual. A soma dos valores estimados não impõe modalidade licitatória diversa do Pregão Eletrônico, sendo o parcelamento a solução que melhor atende ao princípio da economicidade e à ampliação da competitividade, conforme art. 40, inciso V, c/c art. 8º, caput, da Lei nº 14.133/2021.

12. PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado em parcela única por item fornecido e atestado pelo fiscal do contrato, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo, mediante:

- Apresentação de Nota Fiscal/Fatura com os dados contratuais corretos;
- Atesto do fiscal do contrato quanto à conformidade do equipamento entregue, instalado e validado com as especificações contratuais;
- Comprovação da manutenção da regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

12.2. O pagamento ficará suspenso em caso de irregularidade fiscal ou falha na execução contratual não sanada no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

12.3. Nenhum pagamento será efetuado antes do recebimento definitivo do equipamento, sendo vedado o pagamento antecipado sem expressa autorização legal e justificativa fundamentada nos autos, nos termos do art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

12.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou documentação irregular, o prazo de pagamento será suspenso e reiniciará após a regularização, sem ônus de atualização monetária para a Administração.

12.5. Os preços registrados na Ata são fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses. Após esse prazo, admite-se revisão mediante solicitação fundamentada da contratada, com demonstração objetiva da variação de custos, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

13. GARANTIA CONTRATUAL

13.1. Poderá ser exigida garantia contratual de até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a ser prestada pela contratada no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato, em uma das modalidades previstas no §1º do art. 96: caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.

13.2. Garantia do produto: Os equipamentos fornecidos deverão possuir garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses contados do recebimento definitivo, incluindo assistência técnica autorizada, peças de reposição e mão de obra, sem ônus para a Administração, nos termos da alínea "c" do item 5 do Estudo Técnico Preliminar. O prazo é compatível com a prática de mercado para equipamentos permanentes de laboratório clínico de médio e alto valor, conforme contratos similares publicados no PNCP.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As sanções serão aplicadas nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme as seguintes hipóteses e gradações:

I – Advertência: por descumprimento de obrigação acessória sem prejuízo à entrega do objeto ou à sua qualidade;

II – Multa moratória: 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor do item não entregue no prazo, limitada a 10% (dez por cento) do valor do item, nos termos do art. 162 da Lei nº 14.133/2021;

III – Multa compensatória: até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total; até 10% (dez por cento) em caso de inexecução parcial;

IV – Impedimento de licitar e contratar: pelo prazo de até 3 (três) anos, nos casos do art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021, publicado no PNCP e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

V – Declaração de inidoneidade: pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, nos casos de maior gravidade, conforme art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

As sanções de multa moratória e compensatória poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções, e os valores apurados poderão ser descontados dos pagamentos devidos à contratada ou cobrados judicialmente, conforme art. 162 da Lei nº 14.133/2021.

Fica assegurada a possibilidade de celebração de acordo de leniência, nos termos do art. 161 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

15. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela autoridade competente como fiscal do contrato e, quando for o caso, fiscal técnico, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e da IN SEGES/MGI nº 5/2023, que dispõe sobre a gestão e a fiscalização dos contratos da Administração Pública.

15.2. Ao fiscal do contrato competirá: registrar todas as ocorrências relacionadas à execução contratual; atestar provisória e definitivamente o recebimento dos equipamentos; verificar a conformidade da instalação, calibração, treinamento e validação analítica; notificar formalmente a contratada em caso de irregularidades; e adotar as providências necessárias ao regular cumprimento do contrato, representando a Administração perante a contratada.

15.3. O fiscal técnico, se designado, será responsável pelo acompanhamento dos aspectos laboratoriais, incluindo a validação dos parâmetros analíticos dos equipamentos e a conformidade com as normas da ANVISA aplicáveis ao funcionamento de laboratórios clínicos.

15.4. Os nomes do fiscal e do gestor do contrato serão indicados no instrumento contratual, nos termos do art. 117, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

16. MATRIZ DE RISCO

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	MITIGAÇÃO
Atraso na entrega ou instalação dos equipamentos	Média	Alto	Fixação de prazo de 45 dias no contrato; multa de 0,5%/dia sobre o valor do item; manutenção do contrato de locação vigente como contingência durante a transição
Equipamento entregue com especificação inferior à contratada ou com registro ANVISA inativo	Baixa	Alto	Recebimento provisório com verificação técnica e do registro ANVISA; substituição obrigatória em 72h; multa contratual e rescisão unilateral (art. 137 da Lei nº 14.133/2021)
Falha técnica durante o período de garantia	Média	Alto	Garantia mínima de 24 meses com assistência técnica autorizada; atendimento em até 48h para chamados urgentes; substituição de equipamento equivalente em caso de indisponibilidade superior a 5 dias úteis
Insuficiência orçamentária	Baixa	Médio	Reserva orçamentária prévia à abertura do certame; monitoramento trimestral da execução financeira (art. 16 da LC nº 101/2000)
Variação de preço de reagentes e insumos	Média	Médio	Cláusula de reequilíbrio econômico-financeiro (art. 124 da Lei nº 14.133/2021); possibilidade de substituição por insumo equivalente aprovado pela Administração

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	NATUREZA DA DESPESA
13.10.10.301.0018.2.141 – Manutenção do Laboratório Municipal	3.3.90.30 – Material de Consumo; 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da ação programática 13.10.10.301.0018.2.141 (Manutenção do Laboratório Municipal), naturezas de despesa 3.3.90.30 – Material de Consumo (reagentes e insumos para implantação e validação inicial dos equipamentos, fornecidos pela contratada) e 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente (equipamentos analíticos permanentes), com cobertura por recursos do Fundo Municipal de Saúde – Bloco de Financiamento da Atenção de Média e Alta Complexidade (FUS) e/ou recursos próprios do Município, nos termos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, conforme reserva orçamentária formalizada anteriormente à abertura do certame.

O valor total estimado compatível com a Lei Orçamentária Anual – LOA vigente, o Plano Plurianual – PPA e a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, conforme declaração do Setor de Finanças e Arrecadação do Município, integrante deste processo administrativo.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS


18.1. O presente Termo de Referência integra o Processo Administrativo nº 061/2026 do Fundo Municipal de Saúde de Tocantinópolis/TO, estando em conformidade com o Estudo Técnico Preliminar – ETP aprovado nos autos.

18.2. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, observada a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e do Tribunal de Contas da União.

18.3. As quantidades constantes da estimativa de quantitativo são meramente estimadas, não gerando obrigação de aquisição total pela Administração, nos termos do art. 82, §§1º e 4º, da Lei nº 14.133/2021. O Município de Tocantinópolis/TO não estará obrigado a adquirir quantidade mínima, podendo realizar as contratações de acordo com as suas necessidades.

18.4. A licitante vencedora, ao assinar a Ata de Registro de Preços, vincula-se às condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital, obrigando-se a manter as condições de habilitação e qualificação técnica durante toda a vigência da Ata e dos contratos dela decorrentes.

Tocantinópolis/TO, 26 de março de 2026.


Gizelle Silveira Santos
Diretora da atenção primária

Gizelle Silveira Santos
Diretora da Atenção Primária
Fundo Municipal de Saúde de Tocantinópolis/TO